



Yves Congar e o futuro da Igreja no seu passado

Entrevista com Charles Taylor

Yves Congar

03 de setembro de 2020

IHU

“Para a Igreja, ser fiel ao passado é essencialmente sinônimo de permanecer o mais próximo possível das intuições que tornaram o mundo um lugar melhor e de trabalhar para as difundir ainda mais, na direção indicada pelos ‘sinais dos nossos tempos’.”

A entrevista abaixo foi extraída do livro-entrevista *“Avenues of Faith: Conversations with Jonathan Guilbault”* [Avenidas da fé: conversas com Jonathan Guilbault, em tradução livre] (Baylor University Press), de Charles Taylor.

Taylor é professor emérito do Departamento de Filosofia da McGill University, no Canadá, e autor de livros influentes, incluindo *“As fontes do self: a construção da identidade moderna”* (Loyola, 2010), *“A ética da autenticidade”* (É Realizações, 2011) e *“Uma era secular”* (Unisinos, 2010). Ele recebeu muitas homenagens, incluindo o Prêmio Templeton e o Prêmio Berggruen.

A entrevista foi publicada por Church Life Journal, uma publicação do Instituto McGrath para Vida Eclesial, da Universidade de Notre Dame, nos EUA, 26-08-2020. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

- 1. Para a nossa última discussão no “Avenues of Faith”, você escolheu “Faithful to the Future”, uma obra do Ir. Émile, da Comunidade de Taizé, sobre o teólogo Yves Congar. Por que você escolheu esse livro em vez de uma das principais publicações de Congar?**

Porque, na minha opinião, o livro do Ir. Émile resume os elementos centrais do pensamento de Congar com uma admirável concisão. Além disso, o autor consegue situar a tarefa do teólogo francês no contexto das obras que a prepararam e a prolongaram – a saber, as de Henri de Lubac e Marie-Dominique Chenu. Congar, De Lubac e Chenu: ora, aqui estão três titãs da teologia católica que conseguiram contornar as proibições aplicadas ao pensamento modernista. Ao fazer isso, eles tornaram possível a pequena revolução do Vaticano II. Eles permitiram que a Igreja se abrisse para o que é certo e precioso nas intuições modernas. Às vezes, eles tiveram que travar duras batalhas – especialmente De Lubac – mas, graças à sua audácia, perspicácia e um notável senso de fidelidade, eles foram fundamentais para limpar a teologia de certas ideias que, com o tempo, se tornaram verdadeiros “buracos”. Para encurtar a história, digamos que as suas “manobras” consistiram em grande parte em voltar aos Padres da Igreja, não para buscar em seus escritos respostas válidas para a situação contemporânea, mas para se inspirar em seu modo de pensar em nível teológico.

- 2. Por que os Padres da Igreja? Será porque eles foram os primeiros a enfrentar a tarefa de pregar e traduzir os Evangelhos em contextos culturais diferentes dos autores bíblicos? Seria, então, uma questão de entrar no movimento das suas abordagens de pregação e ensino, já que esse movimento tem algo de exemplar – a saber, o seu modo de não se apoiar em nenhuma estrutura considerada atemporal?**

Entrar no movimento deles talvez seja a melhor forma de expressar a conversão do pensamento teológico que Congar e seus colegas defenderam. Pois não se trata de encontrar no trabalho deles algumas regras e soluções de valor universal, mas sim de se reconectar com o espírito com o qual eles costumavam pensar – acrescentando os ajustes necessários, é claro. Os Padres não como fontes, mas como modelos.



3. “A Igreja é o seu futuro tanto quanto o seu passado.” Essa afirmação de Congar, destacada no livro do Ir. Émile, é significativa e sintetiza grande parte da eclesiologia de Congar. Como você a interpreta?

Jesus gozava de uma autoridade única entre aqueles que o rodeavam, porque se sentiam diretamente tocados pelos seus ensinamentos, suas palavras de conforto e seus atos. A Igreja é responsável por transmitir Cristo, tornando-o presente aos homens e mulheres de todos os tempos. Para cumprir eficazmente esse mandato, ela deve, de fato, permanecer fiel ao que foi, mas também ao que deve ser para as pessoas de hoje e de amanhã. Além disso, esse é o único modo pelo qual ela poderá ser protagonista da construção do futuro. Indivíduos e instituições que se dirigem às pessoas de hoje como se estivessem falando às pessoas de ontem têm um impacto mínimo na evolução da sociedade.

Eu também gostaria de mencionar que, para a Igreja, ser fiel ao passado é essencialmente sinônimo de permanecer o mais próximo possível das intuições que tornaram o mundo um lugar melhor e de trabalhar para as difundir ainda mais, na direção indicada pelos “sinais dos nossos tempos”. Deixe-me explicar: eu penso que, moralmente falando, a humanidade está evoluindo. É claro, essa evolução não é linear, mas, se olharmos para as coisas na escala dos séculos, a consciência humana ganhou em amplitude e profundidade. Às vezes, ela dá saltos consideráveis.

Por exemplo, estou pensando naquilo que chamamos de “primeira revolução axial”, desencadeada por Buda, os profetas de Israel e os filósofos gregos. Naquele momento, pela primeira vez na história da humanidade, e mais ou menos em todos os lugares e em todo o planeta simultaneamente, os propósitos da existência e da organização social mudaram: muitos se tornaram sensíveis a um horizonte de sentido que ia além da mera sobrevivência e da prosperidade da comunidade. Refiro-me ao nirvana, à vida eterna etc. A consciência humana saltou das divisões tribais e abriu-se para aspirações mais elevadas que eram, ao mesmo tempo, mais universais e mais pessoais. Jesus representa um salto decisivo, e é dever da Igreja fazer o que for necessário para que esse salto leve as consciências o mais longe possível.

4. Não foi isso que Congar quis dizer quando definiu a tradição como “a permanência de um princípio em todos os momentos da sua história”?

Sim, desde que compreendamos corretamente a natureza do princípio em jogo. Não é uma regra universal que pode ser encerrada em uma fórmula. A nossa compreensão desse princípio, desse “salto”, está em constante evolução. Eu falei dos “sinais dos nossos tempos”. Essa expressão, sustentada pelo Vaticano II, é essencial para lançar luz não só sobre a mudança da posição da Igreja diante da modernidade, mas também sobre a sua tradição. Se o depósito da fé que a Igreja preservou ao longo dos séculos pudesse realmente ser expressado em fórmulas, então, é claro, não haveria nenhuma razão para a Igreja questionar a sua posição dentro do curso da história antes de se manifestar. Ela teria receitas à sua disposição, para enfrentar cada situação moral. No entanto, obviamente não é assim.

Provavelmente, pode-se falar de um depósito da fé, mas apenas se renunciarmos à ideia de transformá-lo em uma série de ensinamentos e práticas concretas que pretenderiam esgotar o que o Evangelho inspira e exige. Durante o Vaticano II, observou-se, de uma forma mais oficial e decidida do que no passado, que nenhuma sociedade jamais encarnou totalmente o Evangelho, e nenhuma jamais o fará. É verdade que algumas pessoas viveram de acordo com o Evangelho com um tipo singular de radicalismo, mas cada uma das suas vidas é apenas uma página do Evangelho, não um resumo dele.



E nenhuma dessas páginas é uma cópia exata da existência de qualquer outra pessoa. Isso também é verdade, a fortiori, para as sociedades: cada sociedade apreendeu algumas das intuições do Evangelho e recorreu aos meios necessários para realizá-las, deixando as outras intuições no escuro.

Por exemplo, nas primeiras comunidades cristãs, a autoridade costumava ser exercida de uma forma muito mais carismática, muito mais comparável ao estilo de Cristo do que na Idade Média. Mas, ao dizer isso, não estou condenando a Igreja da Idade Média como sendo globalmente mais afastada do Evangelho: para enfrentar os desafios do seu tempo, ela encontrou elementos no Evangelho que podiam inspirá-la e interpretou-os com um mistura de boa e má-fé, como costuma acontecer quando se trata de seres humanos.

Outro exemplo: os primeiros cristãos não viam a abolição da escravidão como uma exigência irreprimível da sua fé em Jesus Cristo, pois isso era impensável na época. Aristóteles não gostava da escravidão, mas acreditava que uma sociedade não poderia funcionar sem explorar alguns de seus membros – bárbaros, de preferência! E a situação, assim como a mentalidade geral, quase não mudou sobre esse tema com o advento do Império Romano.

Assim, as sociedades se moldaram discretamente, a partir de dentro, pelo Evangelho e também por outras forças, de tal forma que, em certo momento da história, ficou óbvio que a escravidão não era compatível com a fé cristã. Se pudermos usar uma expressão anacrônica, podemos dizer que os cristãos – pois era isso que eles eram, e não podemos deixar que os seculares de hoje nos enganem sobre esse assunto – liam os sinais dos seus tempos naquela época. A perspectiva cheia de fé deles permitiu-lhes perceber uma incoerência entre um fenômeno social e o Evangelho.

Às vezes, os sinais que permitem que uma intuição evangélica ressurja na Igreja ou nas sociedades cristãs vêm de outros lugares. Por exemplo, lembremos o movimento da não violência, orquestrado por Gandhi. O contexto da sociedade indiana na qual ele vivia, combinado com a natureza do regime que ele enfrentou e a sua admirável decisão de dedicar a sua vida a uma causa, permitiu a eclosão de um movimento que teve repercussões espetaculares no mundo inteiro. Influenciado pelo Evangelho, Gandhi também influenciou a Igreja e as sociedades cristãs, ajudando-as a redescobrir até que ponto a sua fé em Cristo às vezes exige uma oposição firme, sim, mas não violenta. Martin Luther King, por exemplo, é herdeiro de Gandhi. Assim como Nelson Mandela e Vaclav Havel.

Em suma, é inevitável: a Igreja sempre faz uma escolha, muitas vezes inconscientemente, entre os valores do Evangelho. É bom que seja assim, pois a consciência dessa limitação impede a Igreja de deixar seu horizonte escatológico para reivindicar o estabelecimento do reino de Deus na Terra por suas próprias forças, assim como o Grande Inquisidor de Dostoiévski. A Igreja é essencialmente uma Igreja peregrina. Quando ela medita sobre os sinais dos tempos, ela deve percorrer um caminho estreito, ladeado por duas encostas. Um deles é uma excessiva impaciência para fazer as mudanças necessárias, o que pode levar a incompreensões que, em última análise, tornam o remédio um mal pior do que a própria doença. E a outra é uma pusilanimidade que paralisa os seus movimentos. Voltando à questão da abolição da escravatura, quando vemos hoje como ela está intrinsecamente ligada ao progresso das intuições evangélicas na nossa cultura, temos uma certa noção do que é a tradição: uma pedra angular da história da Igreja.

- 5. O Ir. Émile menciona duas formas diferentes de olhar para a história da Igreja, que condicionam a nossa concepção de tradição. A primeira é um olhar prospectivo: imaginamo-nos na era apostólica e, a partir desse Everest, observamos os desdobramentos do tempo a fim de destacar aquilo que é fiel ao dado primordial.**



Essa abordagem é muito semelhante à dos racionalistas, que julgam tudo com base em um “eu” que ignora o restante da existência humana. A segunda é um olhar retrospectivo: primeiro, reconhece-se o presente, acreditando que é habitado pelo Espírito Santo, para então voltar-se para o passado e aí discernir elementos de continuidade na fé. Estou supondo que, assim como Congar, você prefere a segunda forma de contemplar a tradição...

Certamente, pois, no primeiro caso, leva-se em conta uma única forma de conhecimento: o do passado, que, além disso, é sempre fragmentário. A consequência mais comum, quando o conhecimento do passado se torna absoluto, é uma certa desconfiança em relação às novidades emergentes. No entanto, a desconfiança condiciona uma posição de aprendizado pobre. Para julgar com justiça algo que se apresenta pela primeira vez, tem-se todo o interesse em adotar uma espécie de boa-fé metodológica. Uma certa confiança.

Então, chega a hora da análise: o que o **Evangelho**, a história da Igreja e os escritos dos Padres acrescentam ao meu julgamento sobre este ou aquele fenômeno? Esta ou aquela forma de comportamento, ou de amar o próximo, é uma extensão do salto que Cristo nos fez dar há 2.000 anos? Para ser cristão hoje, você deve não apenas conhecer os valores do Evangelho ou, em termos mais místicos, conhecer Cristo; você também deve saber como vivê-los hoje, como lhes dar uma forma concreta. E, para alcançar isso, um pré-requisito é sentir o mundo, discernir injustiças, estruturas que merecem ser modificadas etc.

A **Igreja**, na sua qualidade de “perita em humanidade”, está empenhada em fazer isso. Mas que fique claro que, a partir de **Roma**, é impossível ter uma noção precisa do que está acontecendo em todo o planeta, apesar da vasta rede diocesana que beneficia o **Vaticano**. Consequentemente, cada comunidade cristã também se envolve nesse mandato. A autoridade do magistério no campo dos sinais dos tempos não consiste em uma melhor capacidade de lançar um olhar prospectivo, mas sim no suporte e na transmissão que isso pode conferir às leituras feitas in loco pelas comunidades ou mesmo por figuras proféticas. Certamente, existem razões históricas que podem explicar por que a Igreja passou a desconfiar do mundo durante o início da era moderna, mais inclinada a usar a sua autoridade para condenar iniciativas ao invés de promovê-las.

Por exemplo, ao realizar mudanças brutalmente impostas contra a vontade da Igreja, a Revolução Francesa contribuiu para antagonizar a Igreja, colocando-a em uma postura defensiva que perdurou até o Vaticano II. O evento mais paradoxal no que diz respeito à evolução do catolicismo foi a “Constituição Civil do Clero”. Não se tratou apenas de um ataque à soberania da Igreja em seu domínio, mas também de um equívoco em termos de filosofia política, porque a Constituição assumia como óbvio, embora o pluralismo estivesse começando a florescer, que a França era um país estritamente católico. Um Estado que afirmava ser firmemente secular considerava seu dever contratar ministros da religião! A Igreja era ainda menos capaz do que agora de negociar com um secularismo que lutava para encontrar a sua coerência e, consequentemente, se definia em oposição ao liberalismo revolucionário.

Em poucas palavras, a Constituição Civil do Clero foi, acima de tudo, um desastre. Mas, felizmente, e é aí que reside o paradoxo, esse ato cego também trouxe os primeiros passos daquele que ficou conhecido como o movimento da democracia cristã, cujas raízes também podem ser encontradas no *Kulturkampf* (luta cultural) alemão. Esse movimento, essencialmente liderado por leigos católicos, não reagiu ao liberalismo militante da mesma forma que o magistério. Ele internalizou algumas das suas demandas, permanecendo fiel à Igreja. Na verdade, é irônico: a resistência ao liberalismo que estava perseguindo a Igreja deu origem, no seio do catolicismo,



a uma nova forma de organização... mais liberal! Experimentamos algo semelhante no Quebec: a Revolução Silenciosa foi iniciada por pessoas da Ação Católica! Para encurtar a história, um fenômeno semelhante suscitou diferentes reações dentro do catolicismo, e, ao se buscar o que pertence à tradição, deve-se ter em mente todas essas reações e compreendê-las no seu contexto.

- 6. Poderíamos dizer que Congar participou da desconstrução da desconfiança de que você falava e, assim, permitiu que a Igreja se unisse novamente com todo o seu poder de discernimento. A sua preocupação constante era distinguir aquilo que havia de válido nas declarações e críticas dirigidas à Igreja ou à fé cristã. Por exemplo, embora ele não tenha defendido os excessos do modernismo que abalaram a Igreja na virada do século XX, ele reconheceu, sim, o fato de que essa tendência seguia dois objetivos legítimos: integrar métodos críticos em algumas partes da teologia, como a exegese ou a história da Igreja, e repensar o ato de fé à luz da “descoberta do sujeito” feita pela filosofia e pelas ciências humanas emergentes.**

Na verdade, não se pode mais considerar o sujeito da fé como na Idade Média e, assim, apresentar uma moral da obediência. Congar era crítico àquilo que chamamos de subjetivismo, mas ele considerava o sujeito da fé como um bom modernista, relutante – ao contrário de alguns tomistas um tanto rígidos – a basear a sua opção por Cristo nas “provas” da existência de Deus que podem ser encontradas na *“Summa Theologia”* de Tomás de Aquino. Congar levou plenamente em consideração o fato de que a teologia não poderia prescindir de um diálogo sincero com a ética da autenticidade, que estava se desenvolvendo de várias maneiras nos círculos seculares. Congar condenou a Igreja, em retrospecto, pela moral da obediência da qual ela foi a araruta durante tantos séculos? Que eu saiba, não, pois ele tinha uma consciência histórica que o impedia de fazer julgamentos anacrônicos.

É verdade que, em uma retrospectiva histórica, podemos e devemos tirar conclusões. As várias intervenções armadas da Igreja, globalmente, deram bons frutos? É difícil responder afirmativamente, porque sabemos que a Igreja continua pagando, em termos de credibilidade moral, por algumas das suas brutais intervenções devido a seu estilo autoritário. Hoje, ela está colhendo as lições disso. Mas sejamos cautelosos – como Congar era – antes de jogar pedras contra ela: por um longo tempo, as suas concepções de salvação e do seu papel temporal condicionaram as suas reações. Desse modo, a Igreja muitas vezes considerou que o mal menor era fazer uso da violência, em vez de permitir que as massas comprometessem a sua salvação... tornando-se protestantes, por exemplo! Em outras palavras, ela agiu e reagiu dentro dos limites de uma estrutura metafísica que nos é cada vez mais estranha, mas que ninguém com um senso de história pode condenar como um todo.